

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 9A.RF/PR

Estudo Técnico Preliminar 28/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1 Com base no documento "FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA" foi elaborado este Estudo Preliminar com vistas à solução da necessidade de contratação de serviço de buffet para fornecimento de coffee break à diversas unidades da Receita Federal na 9ª Região Fiscal, listadas abaixo:

- 1 - Superintendência da Receita Federal do Brasil n 9ª Região Fiscal (SRRF09);
- 2 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina - DRF/LON
- 3 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá - DRF/MGA
- 4 - Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu - DRF/FOZ
- 5 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel - DRF/CVL
- 6 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa - DRF/PTG
- 7 - Alfandega da Receita Federal do Brasil em Paranaguá - ALF/PGA
- 8 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa - DRF/PTG
- 9 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville - DRF/JOI
- 10 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau - DRF/BLU
- 11- Alfândega da Receita Federal do Brasil em Itajaí - ALF/ITJ
- 12 - Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Francisco do Sul - ALF/SFS
- 13 - Alfândega da Receita Federal do Brasil em Dionísio Cerqueira - ALF/DCA
- 14 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba - DRF/JOA

2.2 As unidades da Receita Federal na 9ª Região Fiscal promovem encontros e eventos que ensejam a necessidade de programação de intervalos, conhecidos como coffee break. A existência de tais intervalos é um dos fatores de sucesso destes eventos, já que favorece a capacidade de aprendizado e atenção dos participantes, afetadas por longas horas seguidas de exposição. Para atender os eventos realizados para o público interno da Receita Federal, os coffee breaks tem se mostrado satisfatórios, suprimindo as necessidades dos servidores que participam de encontros, seminários e treinamentos

2.3 Levando em conta que a organização de coffee break abrange o preparo, fornecimento e manipulação de alimentos, e considerando que essas atividades não fazem parte dos objetivos institucionais da organização, a Administração tem, historicamente, buscado contratar empresas especializadas para a execução desses serviços.

2.3 Destaca-se aqui, que a Portaria RFB nº 128/2018 estabelece como eventos institucionais os treinamentos, encontros, seminários, congressos, solenidades de representação e premiação institucionais promovidos pela RFB e a Norma de Execução COPOL nº 1/2023 estabelece que, para esses eventos definidos na referida portaria como institucionais, poderão ser contratado serviços de coffee break entre outros que não serão objeto desta contratação.

2.4 A SRRF09 realizou contratação de prestação de serviço de coffee break, sob demanda, para atendimento a todas as Unidades da 9ª Região Fiscal (Delegacias e Alfândegas), por meio do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90003/2024 (processo 10905.720082 /2023-77), do qual resultaram duas Atas de Registro de Preços: ARP nº 54/2024 e ARP nº 55/2024.

2.5 Considerando que ambas as atas encontram-se vencidas, a SRRF09 pretende realizar nova contratação dos serviços de coffee break por meio de Pregão Eletrônico, desta vez não na modalidade de registro de preços, mas sim como contratação convencional, conforme demanda específica das unidades.

2.6 Diante de todo o exposto, pretende-se atender a 9ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil quando da realização de eventos institucionais e de capacitação, visando fornecer um atendimento compatível com o órgão nos momentos de receber seu público interno e as mais diversas autoridades, pautando-se especialmente nos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, transparência e economicidade.

2.7 Diante da necessidade de **manutenção da disponibilidade dos serviços de coffee break para eventos institucionais**, torna-se imprescindível a realização de nova contratação, por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço**. O processo contará com amparo legal no **Decreto Federal nº 10.024/2019** (Pregão Eletrônico) e na **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações). O objetivo é a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de coffee break sob demanda**, para suporte aos eventos institucionais, em alinhamento com a gestão estratégica da Receita Federal do Brasil (RFB). Ressalta-se que o serviço será executado **pontualmente**, conforme necessidade da Administração, **sem periodicidade definida**, não se caracterizando como serviço continuado. A prestação abrangerá as unidades jurisdicionadas pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 09ª Região Fiscal, incluindo **Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Paranaguá, Florianópolis, Joinville, Blumenau, Itajaí, Dionísio Cerqueira, São Francisco do Sul e Joaçaba** contemplando tanto a organização quanto o fornecimento de alimentação e bebidas, conforme as especificações do objeto.

2.8 Trata-se de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coffee break, com fornecimento de alimentos e bebidas, a serem utilizados em eventos institucionais promovidos por esta Administração. Nos termos do art. 3º, § 1º, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, é vedada a execução indireta de atividades que:

- envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;
- sejam consideradas estratégicas para o órgão ou entidade, cuja terceirização possa comprometer o controle de processos, conhecimentos ou tecnologias;
- estejam relacionadas ao exercício do poder de polícia, regulação, outorga de serviços públicos ou aplicação de sanções;
- sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo disposição legal em contrário ou nos casos de cargos extintos.

2.8.1 A contratação pretendida refere-se a serviço de natureza acessória, operacional e de apoio, voltado ao suporte logístico de eventos institucionais. Não se trata de atividade que envolva qualquer grau de decisão estratégica, tampouco relacionada a funções típicas de Estado, como regulação, fiscalização ou aplicação de sanções.

2.8.2 Ademais, a atividade de fornecimento de coffee break não está prevista no plano de cargos efetivos da Administração, tampouco se confunde com atribuições típicas de servidores públicos. Trata-se de serviço comumente executado por empresas especializadas, cuja terceirização é prática consolidada e compatível com os princípios da eficiência, economicidade e especialização.

2.8.3 Diante do exposto, atesta-se a viabilidade jurídica da terceirização do serviço de coffee break, nos termos do Decreto nº 9.507/2018, por não se enquadrar nas hipóteses de vedação previstas em seu art. 3º. A contratação pretendida observa os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, sendo juridicamente possível sua execução indireta por meio de licitação.

2.9 A contratação de serviços de fornecimento de coffee break para a Superintendência da Receita Federal na 9ª Região Fiscal (SRRF09) e suas unidades jurisdicionadas atende aos critérios de essencialidade e interesse público, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 8.540/2015, visto que trata-se de serviço indispensável ao apoio logístico de eventos institucionais, reuniões técnicas, capacitações, treinamentos e demais atividades que demandam acolhimento adequado aos participantes, promovendo condições favoráveis ao desempenho das funções públicas e à integração entre servidores e colaboradores. Além disso, a contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável da SRRF09 e ao Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis e a racionalização dos gastos públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
170156/SEPOL/DIPOL	Vanessa Claudino Guimaraes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os serviços que se pretende contratar ainda não fazem parte do catálogo eletrônico de padronização e, portanto, os requisitos da contratação serão estabelecidos de acordo com o conhecimento adquirido a partir de outras contratações de mesmo objeto.

4.2 Os serviços de coffee break são considerados serviços comuns e serão contratados através de pregão. O regime de contratação será sob demanda, já que a cada evento serão solicitadas as quantidades de serviço no valor exato de pessoas que participarão do evento. A cada evento haverá uma demanda pelo serviço de coffee break e o número de serviços será definido de acordo com o quantitativo de público participante para o evento específico. A licitação observará os dispositivos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, assim como das demais normas legais que a regulamentam.

4.2.1 A contratação de serviços de coffee break observa o princípio da padronização previsto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a definição prévia de cardápios, quantidades por pessoa, apresentação, utensílios e requisitos mínimos de qualidade garante uniformidade na prestação do serviço, facilita a comparação das propostas e melhora o controle e a fiscalização. A padronização evita variações injustificadas entre fornecedores, assegura qualidade homogênea nos eventos institucionais e contribui para a economicidade, sem restringir a competitividade.

4.2.2 Na contratação de serviços de coffee break, a Administração deve apenas definir o objeto e os resultados esperados, sendo vedada a imposição de exigências que interfiram na gestão interna da empresa contratada, como escolha de fornecedores, marcas ou métodos de organização, garantindo isonomia, competitividade e eficiência conforme a Lei nº 14.133/2021.

4.2.3 Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado admitir como empregado, subcontratado ou prestador de serviços o cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante, bem como de agente público que tenha atuado na licitação, ou que exerça funções de fiscalização ou gestão do contrato, em observância aos princípios da moralidade, impessoalidade e prevenção de conflitos de interesse previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.3 Os requisitos da contratação para atendimento das necessidades das unidades da 9ª Região Fiscal listadas no item 6 deste estudo são os seguintes:

4.3.1 É responsabilidade da CONTRATADA providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, alimentos, equipamentos, mão de obra, fretes, embalagens, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

4.3.2 O serviço deverá englobar equipamentos que mantenham os alimentos aquecidos e as bebidas refrigeradas, montagem e desmontagem da mesa, bem como disponibilização de todos os utensílios necessário para execução do serviço (mesas, toalhas, copos, xícaras, talheres, louças, bandejas, suqueiras, guardanapos descartáveis, dentre outros materiais necessários a manter a qualidade do serviço).

4.3.3 A contratada deverá prover equipe necessária, formada por profissionais capacitados, para montagem e desmontagem da mesa, manuseio dos alimentos, reposição e apoio para servir bebidas e alimentos em geral, que deverão estar prontos a 30 (trinta) minutos antes do horário programado para a realização do coffee break, bem assim como limpeza e recolhimento de todos os objetos após o evento.

4.3.4 A contratada deverá observar a Resolução RDC ANVISA nº 216, de 2004, alterada pela RDC ANVISA nº 52, de 2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis;

4.3.5 A partir das exigências da RDC 216/2004 e com as adequações dos procedimentos gerais abordadas por ela, é importante destacar que é necessária a confecção do Manual de Boas Práticas do estabelecimento que presta serviço de alimentação. O Manual de Boas Práticas é um documento que descreve o trabalho executado no estabelecimento e a forma correta de fazê-lo. Nele, pode-se ter informações gerais sobre como é feita a limpeza, o controle de pragas, da água utilizada, os procedimentos de higiene e controle de saúde dos funcionários, o treinamento de funcionários, o que fazer com o lixo e como garantir a produção de alimentos seguros e saudáveis.

4.3.6 Os alimentos e as bebidas deverão ser entregues bem-acondicionados, em embalagens térmicas e higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação, com proteção apropriada contra possíveis danos causados durante o transporte, respeitando as normas sanitárias, observando a Cartilha de Boas Práticas para Serviços de Alimentação da ANVISA e os critérios de sustentabilidade. As embalagens utilizadas tanto para acondicionamento, quanto para transporte deverão garantir a qualidade dos alimentos, sem alteração de suas características físicas, físicas-químicas ou microbiológicas.

4.3.7 A execução dos serviços contratados deverá atender a todas as especificações previstas no contrato, a RFB não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros.

4.3.8 Substituir/refazer, imediatamente, às suas expensas, os produtos/serviços/materiais que não satisfaçam o controle de qualidade, validade, integridade e sabor avaliados pela equipe de fiscalização do Contratante.

4.3.9 Respeitar as normas, regulamentos e procedimentos internos do contratante, especialmente as de segurança, disciplina e acesso às dependências da RFB.

4.3.10 As empresas deverão atender nos municípios elencados na tabela abaixo, considerando a logística para atendimento dos serviços de coffee break no âmbito das unidades da Receita Federal.

Item	Cidade/Estado
1	Curitiba/PR
2	Londrina/PR
3	Maringá/PR
4	Foz do Iguaçu/PR
5	Cascavel/PR
6	Ponta Grossa/PR
7	Paranaguá/PR
8	Florianópolis/SC
9	Joinville/SC
10	Blumenau/SC
11	Itajaí/SC
12	Joaçaba/SC
13	São Francisco do Sul/SC
14	Dionísio Cerqueira/SC

4.3.11 Fica garantido a RFB o direito de definir o cardápio dos coffee breaks a serem servidos nos eventos institucionais, considerando os itens e quantitativos previstos contratualmente.

4.3.12 Os fornecimentos de coffee break serão precedidos por solicitações encaminhadas pela RFB, via e-mail, com antecedência mínima de 3 (três) dias, com descrição do cardápio, local, horário e demais informações necessárias à perfeita prestação dos serviços. Casos extraordinários de pedidos com prazos inferiores ao previsto serão analisados em conjunto com CONTRATADA para verificar a possibilidade de atendimento em tempo hábil sem comprometer a qualidade do serviço.

4.3.13 Normalmente a prestação do serviço será durante o horário comercial, todavia poderá haver demandas que eventualmente extrapolem esse horário, inclusive com eventos em dias não úteis.

4.3.14 O quantitativo expresso no quadro do item 9.2 (serviço/pessoa - por 2 anos) se refere a uma expectativa de utilização e não indica qualquer compromisso futuro para Instituição na utilização integral das quantidades.

4.3.15 A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.3.16 Manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;

4.3.17 A contratada é plenamente responsável pela qualidade e validade das refeições (coffee break) que serão entregues nos dias de evento, devendo ser observado as condições de higiene e segurança no preparo dos alimentos;

4.3.18 Os produtos deverão ser preparados observando a legislação vigente e a utilização de ingredientes de qualidade;

4.3.19 Forma de execução dos serviços a serem realizados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

a. A fornecedora, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação dos produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a reparar, às suas expensas, no total, o referido produto, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação, transporte ou armazenamento;

b. A alimentação servida deverá estar em conformidade com as descrições e especificações constantes do Termo de Referência, e sua qualidade e apresentação serão fiscalizadas pelo representante da área requisitante da Receita Federal do Brasil, responsável pela demanda contratada, para a consequente aceitação;

c. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados, assegurando aos usuários um bom atendimento;

d. As sobras de alimentos dos eventos deverão ser embaladas e entregues ao representante/requisitante da contratante

e. Ficam estabelecidos como quantitativos mínimos de fornecimento, dentro do horário de duração do evento: 4 salgados e 3 doces por participante, além dos itens extras e bebidas, não devendo denotar escassez.

f. Condições de entrega: os alimentos deverão ser transportados em acondicionamento térmico, de acordo com as normas vigentes, que garanta a temperatura, higiene e a qualidade da alimentação fornecida;

- g. Os alimentos deverão ser preparados, preferencialmente, no dia do evento;
- h. Os alimentos e as bebidas deverão ser entregues em embalagens apropriadas que os protejam contra possíveis danos causados durante o transporte, mantenham a higiene e a conservação necessárias, respeitando as normas sanitárias e observando a Cartilha de Boas Práticas para Serviços de Alimentação da ANVISA, e suas atualizações;
- i. A produção e descarte dos resíduos e rejeitos, gerados na prestação dos serviços, ocorrerão por parte da CONTRATADA observando o disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº13.305 de 2010, e suas atualizações;
- j. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- k. Os produtos deverão ser de primeira qualidade; as frutas deverão estar de acordo com a classificação estabelecida na Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões de Alimentos Resolução - CNNPA nº 12, de 1978, e suas atualizações.
- l. A quantidade de alimentos e de bebidas a ser servidos deve adequar-se ao número de convidados indicado para cada evento.

4.4 Não será permitida a participação de interessadas constituídas sob a forma de consórcio. A vedação se justifica na medida em que nas contratações de serviços por meio de pregão é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam os requisitos mínimos exigidos no tocante à qualificação técnico-operacional e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

4.4.1 Só é recomendável autorizar a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou complexidade elevada, como, por exemplo, a construção de uma usina hidrelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, uma vez que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra. Não é o que ocorre com o caso concreto para serviços buffet com fornecimento de alimentação. Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/carteis para manipular os preços da licitação.

4.4.2 Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 - Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado se revestiu de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 - Plenário e 22/2003 - Plenário.

4.4.3 Além disso, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 - Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 - Plenário, todos do Tribunal de Contas da União - TCU.

4.4.4 Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de participação de empresas constituídas na forma de consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

4.5 Não será permitida a participação de cooperativas. A IN SEGES/MPDG nº 05/17 que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe no art. 10 da Seção V sobre os serviços prestados por Cooperativas e Instituições Sem Fins Lucrativos:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

II que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e

supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição

4.5.1 Não há como se falar que nesse tipo de serviço não haverá subordinação entre a cooperativa e os cooperados. A falta de subordinação pode levar à inexecução do serviço e a dificuldades na aplicação de sanções.

4.6 Em relação aos documentos de habilitação, serão exigidos atestados de capacidade técnica que comprovem que a licitante já executou, por um período mínimo de 01 (um) ano, serviços de coffee break, com fornecimento de equipamentos, materiais, alimentos, bebidas e mão de obra para sua execução e acompanhamento. Tais exigências estão em consonância com a IN SEGES 05/2017 e auxiliam na verificação da capacidade de prestação dos serviços pela empresa. Cabe esclarecer que o período de 01 (um) ano exigido está compatível com o prazo de vigência estipulado que será de 01 (um) ano com possibilidade de prorrogação por mais 01 (um) ano, conforme estabelecido pelo artigo 84 da Lei 14133/2024. Caso contrário, estaríamos renunciando a tal verificação e assumindo o risco de contratar uma empresa sem capacidade de assumir a demanda.

4.7 Quanto à habilitação econômico-financeira, será solicitada a certidão negativa de falência. A Administração opta por não exigir os demais documentos de habilitação econômico-financeira (balanço patrimonial, comprovação de índices de liquidez, capital circulante líquido, patrimônio líquido) visto se tratar de contratação de menor complexidade ou risco. Essa decisão fundamenta-se no princípio da proporcionalidade, evitando exigências excessivas que possam restringir a competitividade do certame.

4.8 Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica

4.8.1 A exigência de certidão negativa de insolvência civil (para pessoa física ou sociedade simples) e de certidão negativa de falência (para pessoa jurídica) fundamenta-se no art. 62, §2º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. A contratação de serviços de coffee break, embora de baixa complexidade técnica, envolve fornecimento contínuo de alimentos, logística, equipe e cumprimento de prazos, sendo essencial que o contratado possua condições mínimas de estabilidade econômico-financeira para garantir a entrega adequada. Empresas em situação falimentar ou pessoas físicas insolventes apresentam risco elevado de inadimplemento, podendo causar prejuízos à Administração, como:

- interrupção do fornecimento durante eventos oficiais;
- descumprimento de prazos;
- necessidade de contratação emergencial;
- risco de perda de recursos públicos.

4.8.2 A certidão negativa de falência e a certidão negativa de insolvência civil são documentos simples, de baixo custo e de obtenção rápida, não representando barreira indevida à competitividade.

4.8.3 Assim, a exigência desses documentos é legal, proporcional e adequada para assegurar que o fornecedor possui condições mínimas de honrar o contrato, protegendo o interesse público e garantindo a regular execução dos serviços de coffee break.

4.8.4 A exigência de qualificação técnicooperacional fundamenta-se no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e é necessária para assegurar que o futuro contratado possua experiência prévia compatível com a execução dos serviços de coffee break. Trata-se de serviço que, embora simples, envolve fornecimento de alimentos perecíveis, logística de montagem e desmontagem, atendimento simultâneo a eventos, cumprimento rigoroso de horários e observância de normas sanitárias, o que exige capacidade operacional comprovada.

4.8.5 A apresentação de atestados que demonstrem experiência mínima de 1 ano, admitindo-se o somatório de documentos e a utilização de atestados emitidos para matriz ou filial, garante que o fornecedor já executou serviços semelhantes de forma contínua e com padrão adequado de qualidade. A exigência de que os atestados estejam relacionados às atividades previstas no contrato social e de que possam ser verificados pela Administração assegura autenticidade e pertinência técnica, prevenindo riscos de execução inadequada, interrupções ou necessidade de contratações emergenciais.

4.8.6 Assim, a qualificação técnicooperacional é medida proporcional, necessária e adequada para garantir a regularidade, segurança sanitária e continuidade dos serviços de coffee break, protegendo o interesse público e reduzindo riscos à Administração.

4.8.7 Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, especificamente a prestação de coffee break em eventos institucionais, não se vislumbra a necessidade de exigência de qualificação técnica com registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN), tampouco a obrigatoriedade de contratação de profissional nutricionista para supervisão da atividade.

4.8.8 O serviço de coffee break consiste na oferta de alimentos e bebidas de consumo imediato, como café, chá, sucos, água, pães, bolos, biscoitos, frutas e similares, em eventos pontuais e de curta duração. Trata-se de serviço de apoio logístico, sem qualquer direcionamento nutricional específico ou voltado a públicos com necessidades alimentares diferenciadas.

4.8.9 A contratação não tem como objetivo a promoção de práticas nutricionais ou a elaboração de cardápios com foco em saúde ou dietas específicas. Portanto, não se enquadra nas atividades que exigem supervisão técnica de nutricionista, conforme previsto nas normativas do Conselho Federal de Nutrição.

4.8.10 A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, processo 1017087-66.2019.4.01.3800, reforça esse entendimento. Segundo a desembargadora relatora:

“O fato de a comercialização e a fabricação de alimentos se relacionarem com a área de nutrição não atrai, por si só, a obrigatoriedade da contratação de nutricionista para supervisionar as etapas de produção e distribuição, a não ser quando as características nutricionais de um produto forem direcionadas a um público específico, o que não é o caso do processo em análise. A obrigatoriedade de registro no citado Conselho, bem como a contratação de profissional técnico se dá, tão somente,

para empresas cuja finalidade esteja ligada à área da Nutrição. A atividade específica do Nutricionista está norteadada pelo objetivo relacionado à correta nutrição do ser humano, quando isso se coloca como meta precípua.”

4.8.11 Diante da ausência de exigência de profissional nutricionista, não se justifica a exigência de certidão ou atestado de capacidade técnica expedido pelo CRN. A prestação do serviço pode ser realizada por empresas especializadas em eventos ou fornecimento de alimentos prontos, desde que atendam às normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes.

4.8.12 Portanto, a dispensa da exigência de qualificação técnica com registro no CRN está devidamente fundamentada na natureza do serviço, na ausência de finalidade nutricional e na jurisprudência vigente. A contratação será pautada por critérios objetivos de qualidade e conformidade com a legislação, sem prejuízo à legalidade e à eficiência administrativa.

4.9 Da Natureza dos serviços

4.9.1 Trata-se de serviço especializado de natureza comum, pois é possível estabelecer, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço.

4.9.2 Os serviços de coffee break possuem **caráter pontual e sob demanda**, sendo executados apenas quando houver eventos institucionais previamente definidos. Diferentemente de serviços contínuos como vigilância, limpeza ou manutenção predial, que exigem prestação regular e ininterrupta, o coffee break é solicitado ocasionalmente, sem periodicidade fixa ou previsão de consumo constante.

4.10 Instrumento contratual

4.10.1 No presente Estudo Técnico Preliminar, justifica-se a formalização de instrumento contratual específico para a contratação dos serviços de coffee break, tendo em vista que a aquisição será realizada por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico comum, conforme previsto na legislação vigente.

4.10.2 Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o contrato administrativo será o instrumento que formaliza a relação entre a Administração Pública e a empresa contratada, caracterizando de forma clara o objeto, as condições de execução, prazos, valores, responsabilidades e demais cláusulas pertinentes à prestação dos serviços de coffee break.

4.10.3 A celebração do contrato garante maior segurança jurídica, transparência e controle na execução dos serviços, além de permitir o acompanhamento formal das obrigações assumidas pelas partes, conforme os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

4.10.4 Diante do exposto, e em conformidade com o art. 95 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a formalização de contrato administrativo para a prestação dos serviços de coffee break, garantindo a clareza dos termos acordados, a conformidade legal e a efetividade na gestão contratual.

4.11 Vigência

4.11.1 A contratação dos serviços de coffee break será realizada por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico comum, com formalização de contrato administrativo, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.11.2 Nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, o contrato terá vigência conforme estipulado no instrumento contratual, sendo vedada a celebração com prazo de vigência indeterminado.

4.11.3 O art. 106 da mesma Lei estabelece que o prazo de vigência dos contratos será definido em função das características do objeto e dos interesses da Administração, podendo ser:

- I – de até 5 (cinco) anos, nos casos de prestação de serviços ou fornecimento contínuo;
- II – superior a 5 (cinco) anos, quando houver previsão em normas específicas ou em razão da peculiaridade do objeto;
- III – limitado à vigência dos créditos orçamentários, nos demais casos.

4.11.4 Considerando que os serviços de coffee break serão prestados sob demanda, porém de forma contínua, a vigência contratual poderá ser estabelecida por até 5 (cinco) anos, conforme previsto no inciso I do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que compatível com os interesses da Administração e mantidas as condições vantajosas.

4.11.5 Diante do exposto, a vigência da contratação será definida no contrato administrativo, observando-se os limites legais e a natureza contínua e sob demanda dos serviços, garantindo segurança jurídica, conformidade legal e eficiência na gestão contratual.

4.12 Garantia dos serviços

4.13.1 Não será exigida garantia contratual, conforme previsto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza comum, com fornecimento sob demanda e execução imediata, cuja complexidade técnica é baixa e o risco de inadimplemento é

considerado reduzido. A contratação visa atender eventos institucionais e administrativos, sendo realizada por meio de pregão eletrônico, com formalização de contrato administrativo, o que garante segurança jurídica e controle da execução, sem prejuízo à economicidade e à flexibilidade da prestação.

4.13 Plano de Logística Sustentável

4.13.1 O Plano Diretor de Logística Sustentável instituído pela Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, sendo mecanismo de governança integrado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, bem como às leis orçamentárias, definindo a estratégia para as contratações e operações logísticas, considerando metas e ações sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

4.13.2 Neste sentido, o Plano Estratégico da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para o período de 2024 a 2027, publicado pela Portaria RFB nº 392, de 28 de dezembro de 2023, consoante a diretriz supracitada, vem constituir marco de referência para o órgão para esse ínterim, na orientação das decisões e ações da instituição, no que tange ao direcionamento de recursos e esforços para o cumprimento da missão e atingimento da visão e objetivos.

4.13.3 Os elementos do Plano Estratégico são detalhados em anexos, dos quais constitui o Mapa Estratégico abaixo:



4.13.4 Constata-se que as diretrizes constantes do mapa acima está em consonância aos anseios do PLS, e atende aos três aspectos consignado neste documento, em conjunto aos demais elementos do Plano Estratégico deste órgão.

4.13.5 Corroborar com os referidos preceitos, a publicação da Portaria RFB nº 502, de 20 de dezembro de 2024, a qual promoveu a adoção do Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos pela Secretaria Especial Receita Federal do Brasil.

4.13.6 Informa-se por fim que foi incluído neste ETP, tópico 14 – Possíveis Impactos Ambientais, que a contratação pretendida está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável conforme acima justificado.

4.14 Sustentabilidade Ambiental

4.14.1 O Contratado deverá cumprir as normativas contidas na IN SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, concernente a sustentabilidade ambiental, quando couber:

4.14.1.1 Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.14.1.2 Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.14.1.3 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços

4.14.2 A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, estabelece Boas Práticas para Serviços de Alimentação, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.14.3 A Contratada observará a Resolução - RDC Nº 331, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019 que dispõe sobre os padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação:

Art. 5º Os alimentos não podem conter micro-organismos patogênicos, suas toxinas ou metabólitos em quantidades que causem dano para a saúde humana.

4.14.4 Em observância ao inciso XII, art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 2020, que trata dos possíveis impactos ambientais da contratação de bens e serviços da Administração Pública Federal, a Contratada deverá atender às seguintes condições:

4.14.4.1 Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o inciso IV do art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 7º inciso XII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 2020.

4.14.4.2 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo contratante.

4.14.4.3 Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados à prestação do serviço

4.14.5 A Contratada deverá evitar o uso de descartáveis utilizando utensílios de louça ou vidro para atender a demanda.

4.14.6 Descartar resíduos em recipientes adequados, de acordo com as orientações e normas da CONAMA, ANVISA e ABNT vigentes.

4.14.7 Utilizar produtos e sistema de higienização de comprovada eficácia e aprovação dos órgãos competentes.

4.14.8 A adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços de coffee break é necessária para atender ao art. 225 da Constituição Federal, ao art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 7º, XII, da IN SEGES/ME nº 40/2020, que determinam que as contratações públicas considerem os impactos ambientais e promovam o desenvolvimento sustentável.

4.14.9 Como o serviço envolve geração de resíduos, manipulação de alimentos e uso de utensílios e insumos, é essencial exigir práticas como: separação e destinação adequada de recicláveis, redução de descartáveis, uso racional de recursos, descarte conforme normas ambientais e sanitárias, e cumprimento das Boas Práticas de Manipulação de Alimentos (RDC 216/2004 e RDC 331/2019).

4.14.10 Essas medidas são proporcionais ao objeto, não restringem a competitividade e garantem execução ambientalmente responsável, sanitariamente segura e alinhada às políticas públicas de sustentabilidade.

4.15 Análise da Adequação do Regime de Tributação (ME/EPP e Simples Nacional)

4.15.1 Para garantir a competitividade, a diversidade de fornecedores e o cumprimento do que determina a legislação em vigor, esta contratação de serviços de coffee break deve incentivar a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4.15.2 O serviço de fornecimento de coffee break (serviço de alimentação e catering) não se enquadra nas atividades econômicas vedadas pelo art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006. Pelo contrário, trata-se de atividade plenamente compatível com o regime de tributação simplificada.

4.15.3 Portanto, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.15.4 Justificativa e Implicações:

- Incentivo à Competitividade: A natureza do serviço (frequentemente prestado por empresas de pequeno porte) e a clareza sobre o regime tributário atraem um maior número de licitantes, cumprindo o Princípio da Competitividade (Lei nº 14.133/2021, art. 5º) e o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
- Viabilidade Econômica: A possibilidade de optar pelo Simples Nacional permite que as ME/EPP apresentem propostas com preços mais competitivos, sem risco de inexistência decorrente de encargos tributários complexos.
- Transparência: A menção expressa sobre a compatibilidade do regime tributário reforça a transparência do processo e a segurança jurídica para os pequenos empreendedores.

4.16 Justificativa para inclusão de minuta contratual e instrumento substitutivo no ETP

4.16.1 Considerando a contratação de serviços de coffee break para as 14 unidades da SRRF09, cada item licitado possui valor estimado individualmente enquadrado como contratação de pequeno valor, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e conforme a Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024.

4.16.2 Entretanto, há a possibilidade de que uma mesma empresa seja vencedora de múltiplos itens, o que poderá resultar em um montante global superior ao limite previsto para contratações de pequeno valor. Diante dessa possibilidade, e visando garantir segurança jurídica e conformidade com os princípios da legalidade e planejamento, optou-se por incluir no edital:

- Minuta de contrato administrativo, para os casos em que o valor adjudicado ultrapasse o limite de pequeno valor.
- Instrumento substitutivo ao contrato, conforme previsto na legislação, para os casos em que o valor adjudicado permaneça dentro do limite legal.

4.16.3 Essa medida visa antecipar cenários possíveis de adjudicação, assegurando que a formalização da contratação esteja adequada ao valor final contratado, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à forma de contratação e à documentação obrigatória.

4.16.4 Além disso, a adoção simultânea desses instrumentos no edital não implica duplicidade, mas sim previsão de alternativas jurídicas válidas, conforme o resultado da licitação, garantindo maior eficiência e previsibilidade ao processo.

4.17 Da Lei Geral de Proteção aos Dados - LGPD

4.17.1 A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes e regras para o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger a privacidade e os direitos dos titulares. O tratamento de dados, conforme a lei, inclui a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados.

4.17.2 No contexto da contratação de serviços de coffee break, **não haverá qualquer tipo de coleta, produção ou tratamento de dados pessoais dos participantes dos eventos**. As informações necessárias para a execução do contrato se restringem à logística do serviço, como:

- **Número de participantes:** Informação essencial para dimensionar a quantidade de alimentos e bebidas. Trata-se de um dado numérico e não de um dado pessoal que identifique os indivíduos.
- **Data e hora do evento:** Dados logísticos para agendamento e entrega do serviço.
- **Local de entrega:** Endereço onde o serviço será prestado.
- **Cardápio:** Definição dos itens alimentícios a serem servidos.

4.17.3 Não serão coletados nomes, CPFs, e-mails ou qualquer outra informação que permita a identificação direta ou indireta das pessoas que consumiriam o coffee break. Portanto, a natureza do serviço não envolve o manuseio de dados pessoais, o que torna as regras e diretrizes da LGPD **inaplicáveis** para esta contratação.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Nesta análise verificou-se que, diante do tipo de serviço, as contratações ocorrerem de maneira similar em outros órgãos da administração pública, com solicitações de acordo com a estimativa de público presente no evento, sendo a unidade de fornecimento por pessoa participante.

5.2 A outra solução poderia ser adquirir apenas os itens alimentícios, porém os demais serviços relacionados ao objeto pretendido como fornecimentos de talheres, montagem da mesa, dentre outros, são fundamentais. A aquisição/contratação separada dos itens materiais e do serviço não seria eficiente, pois geraria um trabalho que esta administração não conseguiria absorver e para o qual não tem expertise.

5.3 Outra alternativa avaliada seria aproveitar o contrato de copeiragem nas unidades em que ele existe, mediante aditamento. Neste caso, seria necessário haver equipe com dedicação de mão de obra exclusiva para atendimento das demandas de coffee break, com profissional responsável técnico pela manipulação, conservação e distribuição dos alimentos, conforme legislação pertinente. Ainda seria necessário adequação das instalações físicas para preparo das refeições, bem como a aquisição de variados produtos para elaboração de cardápio diversificado, elevando consideravelmente o valor do contrato.

5.4 Considerando o fornecimento de alimentos preparados para consumo imediato, realizaram-se consultas nos mercados locais de cada uma das unidades a serem atendidas, devido a logística para pronta entrega dos lanches. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços de referência, das memórias de cálculos e dos documentos que lhe dão suporte, encontram-se pormenorizados em documento específico constante no Relatório de Pesquisa de Preços, realizada com base nos parâmetros da IN 65 /2021.

5.6 A solução apontada neste estudo preliminar normalmente adotada no mercado que atende a essa demanda seria a contratação de empresa especializada no ramo de atividade de alimentação/refeição compatível com o objeto especificado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Coffee Break, sob demanda, contendo, no mínimo:

- **Salgados:**

1. Mini sanduíche Pão de Cenoura com Peito de Peru, Mussarela e Alface Americana ou pão de mini-sanduíche com salame, mussarela e alface americana - 30 gramas
2. Folhado (Ameixa com Bacon ou mussarela com tomate seco) - 20 gramas
3. Empada (Frango com Requeijão ou Palmito) - 20 gramas
4. Esfirra (Bacon com milho, carne ou Frango com Passas) - 20 gramas
5. Mini Quiche (champignon ou Frango com Espinafre) - 20 gramas
6. Pão de queijo recheado com requeijão ou cheddar - 30 gramas
7. Mini sanduiche, pão francês com caponata de berinjela (veg) - 30 gramas
8. Croissant de lombo defumado com abacaxi - 30 gramas

- **Doces:**

1. Mini sonho (Creme russo, Chocolate, Goiabada, ou Doce de leite) - 30 gramas
2. Mini brownie com calda de chocolate - 30 gramas
3. Pastel de Belém, Mini Churros ou Brioche com creme - 20 gramas
4. Salada de frutas com, no mínimo, 3 tipos de frutas em suco de laranja – Acompanha Granola - 80 gramas

- **Bebidas:**

1. Café sem açúcar - 150ml/pessoa
2. Chá quente ou gelado - 150ml/pessoa
3. Leite - 40ml/pessoa
4. Suco - 150ml/pessoa
5. Refrigerante - 150ml/pessoa
6. Prever bebidas light, diet e suco a base de soja
7. Água mineral em garrafas de 500 ml
8. Água mineral em garrafas de 1,50 l

- **Extras:**

1. Açúcar e adoçante - em quantidade suficiente para atender ao evento

NOTAS:

- As especificações e sabores dos alimentos poderão ter pequenas alterações por solicitação do Contratante, em comum acordo com a Contratada, sem ônus. Fica vedado à contratada fazer alterações no cardápio, salvo, mediante autorização prévia.

- As quantidades apresentadas referem-se a uma unidade de serviço por pessoa

6.2 Os itens constantes na Proposta são passíveis de contratação POR DEMANDA, e a RFB não se obriga a utilizá-la na sua totalidade para suprir as demandas em eventos a serem organizados, cientes de que cada um deles terá formatação própria a ser definida mediante a formalização do pedido de fornecimento de serviço de coffee break.

6.3 Resultados esperados: qualidade, economicidade e preços justos, em consonância com os padrões de mercado e exigências estabelecidas pelo Contratante; precisão e tempestividade nos fornecimentos realizados, observando-se ainda cortesia, prontidão e experiência do pessoal da Contratada; e rapidez na solução de problemas, evitando perda de qualidade e prejuízos físicos e financeiros

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Nos últimos exercícios, a Receita Federal do Brasil (RFB) realizou diversos eventos institucionais que demandaram serviços de coffee break, os quais foram atendidos, em sua maioria, por meio de Dispensas de Licitação.

7.1.1 Em 2022, foram elaboradas duas Dispensas de Licitação para atender a demandas pontuais, totalizando 720 serviços/pessoa contratados (550 + 170). No ano de 2023, foram realizadas seis Dispensas de Licitação adicionais para atender a eventos promovidos pelas unidades da RFB em Maringá, Cascavel, Joinville, Florianópolis e Itajaí.

7.1.2 A recorrência dessas contratações emergenciais evidencia a necessidade de formalizar uma contratação geral, que contemple a demanda já observada nos anos de 2022 e 2023, evitando a repetição de procedimentos de Dispensa de Licitação e promovendo maior eficiência administrativa.

PROCESSO	DISPENSA	REALIZAÇÃO DO EVENTO	CONTRATADA	UNITÁRIO	VALOR TOTA
10905.720.124/2022-99	28/2022	CURITIBA	550	R\$ 41,00	R\$ 22.550,00
10905.720.194/2022-47	32/2022	FLORIANÓPOLIS	550	R\$ 33,50	R\$ 5.695,00
10905.720.014/2023-16	03/2023	MARINGÁ	111	R\$ 42,60	R\$ 4.728,60
10905.720.051/2023-16	13/2023	CASCADEL	120	R\$ 43,75	R\$ 5.250,00
10905.720.062/2023-04	15/2023	JOINVILLE	120	R\$ 40,00	R\$ 4.800,00
10905.720.070/2023-42	18/2023	FLORIANÓPOLIS	48	R\$ 29,50	R\$ 1.416,00
10905.720.204/2023-25	28/2023	ITAJAI	234	R\$ 24,50	R\$5.733,00
10905.720.091/2023-68	21/2023	CASCADEL	140	R\$ 51,25	R\$ 7.175,00

7.1.4 Com base nos dados consolidados das Atas de Registro de Preços nº 54/2024 e 55/2025, resultantes do pregão para registro de preços SRRF09 90003/2024, foi possível levantar o histórico de consumo de coffee breaks por unidade, agrupadas nas categorias Garden e CVA. A análise considera os quantitativos previstos, efetivamente utilizados e a projeção para o exercício de 2026.

Unidades	Previsto	Fornecedores	Utilizado	Proposto 2026
Curitiba	8000	Garden	1628	3000
Maringá	600			100
Foz do Iguaçu	2200		1272	2200
Blumenau	600		36	100
Itajaí	350			100
Joaçaba	350		65	100
São Fco do Sul	200			100
Dionísio Cerqueira	350		270	350
Londrina	600	CVA	35	100
Cascavel	600		30	100
Ponta Grossa	350		80	100
Paranaguá	200		210	200
Florianópolis	2000		717	1000
Joinville	600		197	300

7.1.5 Considerando o histórico de consumo e a demanda crescente em algumas unidades, estima-se para o exercício de 2026 um total de 7750 coffee breaks, distribuídos conforme planejamento estratégico das unidades solicitantes. Essa estimativa visa garantir a continuidade dos serviços com base em dados reais de consumo, respeitando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Item	Local	Unidade	Quantidade
1	SRRF09	serviço/pessoa	3000
2	DRF/LONDRINA	serviço/pessoa	100
3	DRF/MARINGÁ	serviço/pessoa	100
4	DRF/FOZ DO IGUAÇU	serviço/pessoa	2200
5	DRF/CASCADEL	serviço/pessoa	100
6	DRF/PONTA GROSSA	serviço/pessoa	100
7	ALF/PARANAGUÁ	serviço/pessoa	200
8	DRF/FLORIANÓPOLIS	serviço/pessoa	1000
9	DRF/JOINVILLE	serviço/pessoa	300
10	DRF/BLUMENAU	serviço/pessoa	100
11	ALF/ITAJAÍ	serviço/pessoa	100
12	ALF/JOAÇABA	serviço/pessoa	100
13	ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	serviço/pessoa	100
14	DRF/DIONÍSIO CERQUEIRA	serviço/pessoa	350

7.2 O endereço das unidades a serem atendidas consta na tabela abaixo:

Localização	Endereço
SRRF09	Rua XV de Novembro, 608 – Curitiba – PR
DRF/LONDRINA	Rua Brasil, 865 - Centro - Londrina/PR
DRF/MARINGÁ	Av. XV de Novembro, 527 - Centro - Maringá/PR
DRF/FOZ DO IGUAÇU	Av. Paraná, 2845 - Monjolo – Foz do Iguaçu/PR
DRF/CASCADEL	Rua Rio Grande do Sul, 1289 - Centro - Cascavel/PR
DRF/PONTA GROSSA	Av. Visconde de Taunay, 1051, Centro - Ponta Grossa/PR
ALF/PARANAGUÁ	Av. Cel. José Lobo, 2300 - Paranaguá/PR
DRF/FLORIANÓPOLIS	Rua Claudino Bento da Silva, nº 11 - Centro - Florianópolis /SC
DRF/JOINVILLE	Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, nº 221 - Bairro Boa Vista -Joinville /SC
DRF/BLUMENAU	Rua Namy Deeke, 40 - Centro – Blumenau/SC
ALF/ITAJAÍ	Rua Pedro Ferreira, 34 - Centro - Itajaí/SC
DRF/JOAÇABA	Rua Getúlio Vargas, 345 - Centro - Joaçaba/SC
ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	Rua Fernandes Dias, 71 - Centro - São Francisco do Sul/SC
ALF/DIONISIO CERQUEIRA	Rua República Argentina, 140 - Centro – Dionísio Cerqueira/SC

7.3 Os serviços serão prestados nos endereços da tabela do item 7.2 ou em outro local a escolha da Administração

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 553.346,50

8.1 A estimativa foi elaborada com base na utilização do contrato anterior e na análise dos preços praticados no mercado.

8.2 A definição do valor estimado leva em consideração os seguintes aspectos:

- **Histórico de consumo do contrato anterior**, ajustado conforme a demanda prevista para o novo período contratual.
- **Levantamento de preços de mercado**, no qual foi realizada uma busca junto a fornecedores locais, porém sem êxito na obtenção de cotações válidas. Diante dessa situação, foi adotado o valor médio obtido no banco de preços como referência para a estimativa.
- **Adequação aos padrões de qualidade exigidos**, garantindo um serviço alinhado às necessidades do público atendido.

8.3 Com base nas referências acima, o valor total estimado para a contratação do serviço de coffee break é de R\$ 553.346,50. O montante foi calculado conforme o artigo 5º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando pesquisa realizada em banco de preços. A estimativa considera demandas pontuais previstas ao longo da vigência contratual, de modo a assegurar a prestação dos serviços **sob demanda**, com qualidade e dentro dos parâmetros estabelecidos, evitando a necessidade de ajustes emergenciais ou insuficiência de saldo

Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade de medida	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total - 12 meses R\$
1	3697	Coffee Break – Curitiba/PR	Serviço/pessoa	3000	70,49	211.470,00
2		Coffee Break – Londrina/PR	Serviço/pessoa	100	70,49	7.049,00
3	3697	Coffee Break – Maringá/PR	Serviço/pessoa	100	70,49	7.049,00
4	3697	Coffee Break – Foz do Iguaçu/PR	Serviço/pessoa	2200	70,49	155.078,00
5	3697	Coffee Break – Cascavel/PR	Serviço/pessoa	100	70,49	7.049,00
6	3697	Coffee Break – Ponta Grossa/PR	Serviço/pessoa	100	70,49	7.049,00
7	3697	Coffee Break – Paranaguá/PR	Serviço/pessoa	200	70,49	14.098,00
8	3697	Coffee Break – Florianópolis/SC	Serviço/pessoa	1000	70,49	70.490,00
9	3697	Coffee Break – Joinville/SC	Serviço/pessoa	300	70,49	21.147,00
10	3697	Coffee Break – Blumenau/SC	Serviço/pessoa	100	70,49	7.049,00
11	3697	Coffee Break – Itajaí /SC	Serviço/pessoa	100	70,49	7.049,00
12	3697	Coffee Break – Joaçaba/SC	Serviço/pessoa	100	70,49	7.049,00

13	3697	Coffee Break – São Francisco/SC	Serviço/pessoa	100	70,49	7.049,00
14	3697	Coffee Break – Dionísio Cerqueira /SC	Serviço/pessoa	350	70,49	24.671,50
TOTAL:						R\$ 553.346,50

8.4 A estimativa apresentada visa assegurar uma contratação eficiente, permitindo que o serviço de coffee break atenda plenamente às necessidades dos 14 locais previstos. Recomenda-se a realização de consultas adicionais a fornecedores para validação do valor estimado e adequação à realidade do mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Em observância a especificidade do objeto: "contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coffee break, sob demanda, para atendimento dos eventos institucionais em conformidade com a gestão estratégica da RFB, no âmbito das unidades jurisdicionadas pela SRRF09, abrangendo a organização e o fornecimento de alimentação e bebidas, conforme especificações do objeto", considerando que, neste caso, trata-se de objeto único, o critério de julgamento de contratação será o Menor Preço e a adjudicação será para cada item que se refere as Unidades da SRRF09, visando melhor gestão do contrato e aproveitamento econômico da escala de mercado, com base nos seguintes critérios de avaliação:

a - Considerando que a prestação do serviço engloba organização e fornecimento dos lanches compostos por combos de salgados, doces e bebidas e que esses podem variar conforme escolha prévia da área demandante com base no cardápio definido no objeto deste processo, entende-se que não seria aplicável o parcelamento desta solução, haja vista que mais de 1 fornecedor teria que entregar itens específicos do lanche para um mesmo evento. Além disso, a área demandante teria que selecionar itens em diversos cardápios, o que tornaria a organização e fiscalização mais dificultosa. Outrossim, haveria, durante os eventos, a presença de várias empresas para montagem, organização e desmontagem da mesa.

b - Considerando que as atividades estão ligadas a alimentação e nutrição humana, se faz necessário apresentar nutricionista como responsável técnico, nos termos do Art. 18 Decreto 84.444, de 30 de janeiro de 1980, que regulamenta o parágrafo único do Art. 15 da Lei 6.583, de 20 de outubro de 1978, em conformidade com a Resolução CFN N.º 702, de 15 de setembro de 2021. Neste caso não seria possível desmembrar os produtos alimentícios da sua responsabilidade técnica direta, se aplicando a toda equipe de apoio necessária ao preparo, conservação e distribuição sob sua supervisão. Portanto, concluímos que são objetos muito próximos que se complementam para formar a solução desejada.

9.2 A licitação ocorrerá por Pregão Eletrônico para Registro de Preços, composto de 14 itens, conforme o quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA DE FORNECIMENTO PARA 2 ANOS
1	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência - Rua Marechal Deodoro, 555 - CURITIBA/PR	3697	Serviço/pessoa	3000
2	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência - Rua Brasil, 865 - Centro LONDRINA/PR	3697	Serviço/pessoa	100
3	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência — Av XV de Novembro, 527 – Centro - MARINGÁ /PR	3697	Serviço/pessoa	100

4	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Av. Paraná, 2845 – Monjolo - FOZ DO IGUAÇU/PR	3697	Serviço/pessoa	2200
5	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Rua Rio Grande do Sul, nº 1289 - Centro - CASCAVEL/PR	3697	Serviço/pessoa	100
6	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Av. Visconde de Taunay, 1051 - Ronda - PONTA GROSSA/PR	3697	Serviço/pessoa	100
7	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Av. Cel. José Lobo, 2300 - PARANAGUÁ/PR	3697	Serviço/pessoa	200
8	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Rua Claudino Bento da Silva, 11 - Centro - FLORIANÓPOLIS/SC	3697	Serviço/pessoa	1000
9	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, 221 - Boa Vista - JOINVILLE/SC	3697	Serviço/pessoa	300
10	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Rua Namy Deeke, 40 – Centro - BLUMENAU	3697	Serviço/pessoa	100
11	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – R. Dr. Pedro Ferreira, 34 – Centro – ITAJAÍ/SC	3697	Serviço/pessoa	100
12	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Rua Getúlio Vargas, 345 - JOAÇABA/SC	3697	Serviço/pessoa	100
13	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – Rua Fernandes Dias, 71 – Centro – SÃO FRANCISCO DO SUL/SC	3697	Serviço/pessoa	100
14	Coffee break, sob demanda, com fornecimento de material e serviço de apoio, conforme especificado neste Termo de Referência – R. República Argentina, 140 – DIONÍSIO CERQUEIRA/SC	3697	Serviço/pessoa	350

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil, para o ciclo 2024/27, possui como um de seus objetivos, o de "Valorizar, reconhecer e desenvolver pessoas", tornando esta contratação compatível ao planejamento do órgão.

11.2 A Administração, ao terceirizar suas atividades meio, foca sua atuação na atividade para a qual foi instituída, na busca pela melhor satisfação do interesse público.

11.3 A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações - PCA 2026.

- ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000017/2026
- Data de publicação no PNCP: 14/05/2025
- Id do Item no PCA:7
- Classe/Grupo: 632 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE COMIDA
- Identificador da Futura Contratação: 170156-7/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Os eventos institucionais a serem realizados pela RFB, terão duração mínima prevista de 4h por dia, sendo necessário promover intervalos de descanso, com oferta de lanches para repor as energias dos participantes. Esse momento visa integrar a equipe, promover a troca de experiências, gerando bem-estar entre os envolvidos e consequentemente aumento de produtividade.

12.2 Aumentar o engajamento do corpo funcional é um dos cinco objetivos estratégicos desta entidade, que assumiu o compromisso de desenvolver políticas que promovam o sentimento de reconhecimento e de valorização do trabalho do seu pessoal. Este objetivo visa conferir os elementos que permitirão a inovação e a melhoria da performance nos processos internos, bem como a entrega mais qualitativa dos objetivos estratégicos.

12.3 Assegurar que a manipulação de alimentos seja realizada de forma segura visando proteger a saúde dos consumidores.

12.4 Busca otimizar o tempo de intervalo, pois não haveria tempo hábil para deslocamento dos participantes até um estabelecimento comercial, o que poderia gerar atrasos e comprometimento dos resultados esperados com a realização do evento.

12.5 Qualidade na execução do serviço profissional em conformidade com os padrões de excelência adotados neste Órgão, considerando a oferta adequada de recursos materiais e humanos para o atendimento de demandas em eventos institucionais a serem realizados pela RFB.

12.6 Desse modo, a presente contratação visa a consecução dos objetivos estratégicos estabelecidos, mediante contratação de coffee break, viabilizando, assim, a realização dos eventos institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não serão necessárias providências adicionais por parte dessa Secretaria Especial da Receita Federal no que concerne à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos.

13.2 Dentro de suas competências, a RFB possui corpo técnico e estrutura adequados para levar a cabo todas as providências necessárias ao processo licitatório e à fiscalização do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Considerando os possíveis riscos de impacto ambiental relacionado a destinação do material descartável, a contratada deverá, quando possível, evitar o uso de copos de plástico que levam entre 200 a 400 anos para se decomporem no meio ambiente e estima-se que apenas 20% são reciclados. Algumas pesquisas apontam que o copo plástico em contato com substâncias quentes produz substâncias tóxicas, que podem ser prejudiciais à saúde. Portanto, visando minimizar os riscos em potencial deverá ser utilizado utensílios de louça ou vidro para atender a demanda.

14.2 A contratada deverá descartar corretamente os resíduos sólidos gerados na prestação do serviço, devendo disponibilizar lixeiras com sacos plásticos adequados e providenciar sua destinação final de acordo com as normas sanitárias.

14.3 O Contratado deverá cumprir as normativas contidas no art. 5º da Lei 14.133/2021, concernente a sustentabilidade ambiental, quando couber:

14.3.1 Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do art. 11 da Lei 14133/21 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;

14.3.2 Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

14.3.3 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

14.4 Em observância ao art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022, que trata dos possíveis impactos ambientais da contratação de bens e serviços da Administração Pública Federal, a Contratada deverá atender às seguintes condições:

14.4.1 Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 17.133, de 1º de abril de 2021 e com o art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022.

14.4.2 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo contratante.

14.4.3 Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados à prestação do serviço.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de serviços de coffee break é necessária para atender eventos institucionais, reuniões e capacitações. A modalidade de pregão eletrônico é a mais adequada por garantir maior competitividade, economia, transparência e agilidade, conforme os princípios da Lei nº 14.133/2021. Assim, justifica-se plenamente a viabilidade da contratação por esse meio.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SOLANGE CRISTINA CASTRO MORAIS

Membro da comissão de contratação

